



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Eixo temático: Serviço Social e Relações de exploração-opressão de sexo-gênero-sexualidades, raça-etnia e geração

O PROCESSO DE RUALIZAÇÃO NA VIDA DE PESSOAS LGBT: VIOLÊNCIAS COMBINADAS E TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA

Ricardo William Guimarães Machado¹

Nilza Rogéria de Andrade Nunes²

Resumo: A vida das pessoas LGBT em situação de rua no Brasil é atravessada por opressões e invisibilidades. Este estudo buscou compreender como a rualização incide e repercute nos modos de vida desses sujeitos. A partir de uma pesquisa qualitativa, identificou-se a intersecção de múltiplas violências que marcam suas diferentes trajetórias de vida, estratégias de sobrevivência e formas de resistência nas ruas.

Palavras-chave: Pessoas LGBT; População em Situação de Rua; Rualização; Violências.

Abstract: The lives of LGBT homeless people in Brazil are marked by oppression and invisibility. Thus, we sought to understand the incidence and repercussions of ritualization on the ways of life and living of these individuals. Through qualitative research, we found an intersection of violence that interferes with the different trajectories of life, survival and resistance on the streets.

Keywords: LGBT People; Homeless Population; Rualization; Violence.

¹ wpgerj@gmail.com. Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

² n.rogerianunes@gmail.com. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Introdução

Esse artigo sintetiza a pesquisa de doutorado, intitulada “Rualização e Dissidências Sexuais e de Gênero: um estudo sobre as significações acerca das violências combinadas e estratégias de resistência na vida de Pessoas LGBT em situação de rua na Baixada Fluminense/RJ”, defendida em 2025, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio. A temática que envolve esta pesquisa vai ao encontro do cruzamento do fenômeno da rualização com a realidade de populações adultas específicas que apresentam questões envolvendo sua identidade de gênero e/ou orientação sexual.

A rualização é compreendida como um fenômeno estrutural que reúne os mais variados determinantes da situação de rua. As pessoas LGBT em situação de Rua (PSR+) se configuram como um grupo complexo, elegível de reflexão, dados os altos indícios de vulnerabilidade e risco social a que estão expostos. São corpos negros, abjetos, invisibilizados, ameaçados de extermínio, que encontram nas ruas um movimento antagônico: de um lado, a liberdade para ser quem desejar ser, ao mesmo tempo, expondo-se a processos violentos de desumanização, opressão e desproteção social.

A pesquisa buscou compreender os rebatimentos que o processo de rualização gera nas pessoas LGBT que utilizam as ruas da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro como espaços de existência e resistência, frente aos processos de opressão a que estão submetidos num espaço urbano desigual, injusto e desafiador.

A metodologia proposta foi realizada por meio de pesquisa qualitativa com realização de oito entrevistas semiestruturadas com pessoas LGBT autodeclaradas que utilizavam as ruas da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro como espaço fixo ou transitório de vivência. Como procedimento analítico, foi utilizada a técnica de Núcleos de Significação (Aguar; Ozella, 2006), que considerou a contribuição dos discursos das entrevistadas como parte de um processo histórico e dialético que produz conhecimentos obtidos a partir da articulação de significados e sentidos, pelas assimilações e contradições entre pensamento e realidade social.

Os resultados obtidos apontaram para a existência de violências combinadas que se efetivam a partir do fenômeno da rualização no contexto brasileiro a partir do racismo, da aporofobia e da LGBTfobia. A combinação dessas formas de violência incide diretamente nos modos de vida e de viver desses sujeitos, moldando suas estratégias de sobrevivência e resistência no tecido urbano, compreendido como um espaço injusto, desigual e perverso.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Nesse sentido, o presente estudo apresenta reflexões acerca da intersecção entre as violências combinadas que se manifestam na vida cotidiana da PSR+, frente aos contextos de resistência e sobrevivência desses sujeitos dissidentes na conjuntura brasileira contemporânea.

Reflexões acerca da Rualização e suas implicações no público LGBT

O fenômeno Rualização tem recebido maior atenção e cuidado epistemológico em pesquisas e estudos sobre a População em Situação de Rua (PSR) desde a utilização por Prates, Prates e Machado (2011), pressupondo a situação de rua como um processo social multifatorial, desenvolvido nas relações sociais capitalistas na totalidade histórica. Essa caracterização do fenômeno contribui para a superação de um imaginário imediatista do fato social, o que leva à atribuição de papéis estigmatizados e discriminatórios acerca dos sujeitos submetidos à rualização.

A literatura especializada que se dedica aos estudos sobre a População Adulta em Situação de Rua tem utilizado o termo rualização, a partir da compreensão dos autores supracitados. Esse processo social tem sido apropriado como uma categoria de análise, fundada no materialismo histórico-dialético, configurando-se como um fenômeno correlato à inserção do ser social na totalidade histórica das relações sociais.

Nessa perspectiva, as pessoas que vivem nas ruas convivem com as mais variadas expressões da questão social³, podendo-se elucidar a violência, o desemprego e a miséria como as mais nítidas faces de uma realidade multidimensional, cabendo a necessidade de se aprofundar os conhecimentos acerca deste segmento.

Ao se incluir a diversidade sexual e de gênero no campo de histórias e trajetórias de vida dos indivíduos e famílias que compõem a PSR, encontramos diversas minorias que merecem atenção, como o caso das mulheres, dos imigrantes e das pessoas com deficiência, por exemplo. Contudo, como recorte epistêmico, focalizaremos nas pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) que representam o atravessamento de diversos marcadores sociais da diferença que se inter cruzam no cotidiano daqueles que estão (sobre)vivendo nas ruas.

³ Compreendemos, a partir da leitura de Iamamoto (2008), a leitura de questão social nas suas variadas formas de expressão na sociedade capitalista, que se concretizam nas relações sociais que envolvem o indivíduo no plano da vida, do mundo do trabalho e por meio das políticas públicas. Assim, a questão social é tensão dialética na produção de desigualdade, mas também de rebeldia e resistências no terreno de conflitos entre capital e trabalho.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Tratar de um grupo complexo existente entre as mais de 327 mil pessoas em situação de rua no Brasil (POLOS/UFGM, 2024) se torna um desafio enorme. Pensar sobre a vivência das pessoas LGBT num segmento populacional que abrange predominantemente uma parcela masculina é um primeiro passo para discutir acerca da interconexão entre rualização e diversidade sexual e de gênero. Por parte da sociedade, ainda prevalece um olhar estigmatizante e criminalizante. Portanto, este trabalho compreende que existam outros lados desta realidade, revelando-se outras histórias da trama social, na perspectiva destes atores e atrizes como pessoas com estatuto de humanidade e cidadania.

O fenômeno da rualização se desenvolve na sociedade de maneira multifacetada e multideterminada. A sua inscrição no movimento antagônico de acumulação capitalista, enquanto parte de uma mola propulsora de camadas fragilizadas, pauperizadas e descartáveis, necessárias ao giro permanente de geração de renda às classes dominantes, remete diretamente às manifestações econômicas, políticas e sociais destas pessoas nas grandes cidades. É impossível, nos dias atuais, passar nas principais capitais do mundo e não encontrar uma pessoa em tal condição.

A rualização é um processo engendrado nas relações sociais e de poder presentes em todo o mundo e identificado por algumas pessoas como problema social, mas, neste trabalho, situados enquanto alvo de políticas públicas, as pessoas que estão em situação de rua, sejam elas pertencentes ao grupo LGBT ou não, devem ser reconhecidas como sujeitas de direito, respeito e dignidade.

A produção de leis, programas e serviços especializados para a PSR tem se demonstrado em crescimento desde a promulgação da PNPR ocorrida em 2009⁴. Entretanto, este trabalho reforçou a importância de se olhar os atravessamentos existentes no fenômeno da rualização. Em geral, as ações são pensadas para atender necessidades sociais básicas como alimentação e moradia, por exemplo, mas uma mulher lésbica necessita de absorventes e anticoncepcionais, uma mulher trans precisa de hormônios, um homem gay pode desejar usar roupas afeminadas e maquiagem nas ruas para se sentir bem, sem ter o medo de ser agredido por LGBTfobia. Todas essas questões nos fazem

⁴ A PNPR surge de um movimento de luta e reivindicação da PSR e do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, durante os anos 2000, que pressionou arduamente o Estado pela regulamentação de uma Política Pública, sendo regulamentada pelo Decreto Lei N.º 7.053/2009, após o II Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua. Esta política demarca um grande estágio de avanço nos direitos desse segmento, ao reconhecer sua cidadania e prever instrumentos de garantia de direitos como o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da PNPR e dos Centros de Defesa de Direitos Humanos para a PSR.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: A gente sobe a ladeira por liberdade

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

questionar como estão postas as estratégias de sobrevivência e resistência social dessas pessoas no contexto de vida nas ruas.

A LGBTfobia, por exemplo, é uma realidade constante e, nas ruas, ela se reproduz com mais severidade. O Brasil é campeão em matar mulheres trans e travestis no mundo e com diversas notícias jornalísticas de pessoas gays e lésbicas sendo atingidas por crimes de ódio, nos espaços públicos e privados de sociabilidade. Contudo, esta pesquisa buscará encontrar caminhos que produzam saberes positivos acerca da vida das pessoas LGBT que vivem em situação de rua, revelando, a partir de suas próprias vozes, narrativas e perspectivas, conhecimentos concretos que favoreçam uma compreensão humanizada. Estudar a PSR+ pelo caminho da violência, da fome e da dor já está sintetizado em diversos estudos. Cabe-nos uma missão aventureira de construir pesquisa que revele a humanização destas pessoas enquanto sujeitos políticos, sociais e históricos, dignos de respeito e liberdade de expressão.

Apesar da baixa produção e divulgação dos dados referentes ao perfil deste público no Brasil, estudos apontam algumas particularidades que merecem destaque. A criminalização e o extermínio de uma população majoritariamente negra e pobre (Medeiros; Amorim, Nobre, 2020), a dupla exclusão, vivenciada pelas discriminações de gênero e pelo desemprego (Campos; Moretti-Pires, 2018) e a invisibilização e precariedade relacionados às políticas públicas de proteção social (Campos; Cardoso; Moretti-Pires, 2019) são alguns indicadores das trajetórias de vida deste segmento.

A missão de se contextualizar a PSR+ no Brasil, levando em consideração as relações sociais complexas e contraditórias que perpassam os sistemas vigentes de opressão, exploração e injustiças como o racismo estrutural e machismo, se comporta como grande desafio na atualidade para a comunidade científica e sociedade em geral. Ao se imbricar este segmento com a análise dos marcadores sociais da diferença, revelam-se uma gama de problemáticas urgentes para sua sociabilidade e proteção social. Salvo o avanço das políticas públicas⁵, ainda persistem instrumentos insuficientes de defesa da vida e da cidadania desses indivíduos, que por vezes perpetuam a discriminação, a criminalização e o extermínio de corpos abjetos e colonizados.

⁵ Reconhecemos o crescimento gradual de ações em matéria de políticas públicas desenvolvidas para a PSR+, com destaque para o Centro Pop e os Centros de Referência da Cidadania LGBT como espaços privilegiados para acolhida da PSR+ e acesso aos direitos.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

As expressões da questão social, que se metamorfoseiam na sociedade contemporânea, demonstram uma instabilidade nas relações sociais, promovendo cada vez mais a reprodução de fenômenos atrelados à pauperização das condições de vida, às desigualdades perversas, e, principalmente, à expropriação do trabalho como meio de subsistência, e até mesmo de sobrevivência, nos países capitalistas. Este movimento degradador e destrutivo da vida social força grandes parcelas vulneráveis a buscar alternativas aos desafios impostos. Assim, cada vez mais percebe-se o aumento de PSR+ nessa condição e que encontram o refúgio nas ruas, estratégias de (sobre)vivência.

Apesar dos avanços na construção de políticas públicas para esse segmento populacional no Brasil (Machado, 2017), a criminalização da condição de viver nas ruas, a repressão estatal e social e a ascensão dos preceitos neoconservadores impulsionam medidas desumanas de higienização e segregação social e urbana. Neste modelo de sociedade, as pessoas que habitam as ruas, fazendo dela sua morada, ao mesmo tempo, espaço de sobrevivência e sociabilidade, são submetidas a processos severos de destituição de sua cidadania, dignidade e identidade, condenados por um modo produtivo de relações sociais, econômicas e políticas que os encaminhariam para o sedimento mais baixo da sociedade.

Nesse contexto, o desafio consiste em visualizar corpos colonizados, racializados, sexualizados, atravessados por questões contemporâneas de gênero, entre outras opressões, em um cenário de desumanização contínua dessas pessoas. A urgência está em trazer visibilidade às minorias presentes dentro da PSR: mulheres negras, cis e trans, travestis, homens gays, bissexuais. Não estamos querendo dizer que essas pessoas merecem maior atenção do que a maioria presente neste grupo, mas revelar as marcas dos sistemas de opressão como o racismo, o machismo e os fundamentalismos religiosos que condenam esses corpos à subversão ou à inexistência, exemplificando a partir de Grosfoguel (2008, p. 140): “[...] democratiza-te ou dou-te um tiro [...]”. Essa é a referência que abre o século XXI, sem espaço para minorias, menos ainda para as diferenças.

De forma colossal, disseminam-se na vida nas ruas variadas formas de violência e violação de direitos causados por esses sistemas de dominação. O patriarcado e o machismo promovem o estupro e a violência contra a mulher, além da LGBTfobia. O racismo sentencia tais indivíduos por sua cor e raça ao encarceramento e ao extermínio policial. O capitalismo impõe essa camada da classe trabalhadora à informalidade, à precariedade e aos riscos dos vínculos e à insegurança do trabalho.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

É fundamental considerar que estes elementos se combinam e se interseccionam na totalidade das relações sociais capitalistas. Assim, acusamos que os modos de vida e de viver das PSR+ são perpassados pelos sistemas de opressão vigentes na sociedade contemporânea. Racismo estrutural, cis-heteronormatividade aporofóbica e a LGBTfobia impõem constantes desafios às pessoas em situação de rua cujas orientações sexuais e identidades de gênero divergem do padrão cis-heteronormativo. Essas noções estão subjugadas às condições de marginalização, desemprego ou trabalho precarizado/desprotegido, bem como às situações de violência urbana e de gênero.

Silva, Natalino e Pinheiro (2020) destacam que, com a eclosão da pandemia da Covid-19, a PSR cresceu exponencialmente devido ao agravamento das dificuldades socioeconômicas. No entanto, as opressões se mantiveram as mesmas, submetendo essas pessoas às diversas situações cotidianas de vulnerabilidades e riscos, discriminação, fome e violência, chegando a casos de assassinatos.

Ainda assim, dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais confirmam que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo. No ano de 2024, foram registrados 122 casos de mulheres trans e travestis assassinadas, sem considerar os casos de subnotificação e ausência de registros por parte das lideranças governamentais (Benevides, 2025). Tal realidade evidencia o aumento progressivo da violência contra este público, intensificado nos contextos de vida nas ruas, bem como sua marginalização frente ao ínfimo e precário sistema de proteção e defesa à cidadania LGBT.

Contestar essa realidade documentada pelos órgãos oficiais e não oficiais é uma necessidade urgente para pensar novas formas de enfrentamento às adversidades e injustiças presentes na vida destes grupos e se põe como uma direção de pensar e construir novas ferramentas para um sistema de proteção social mais apurado e atento às particularidades dessas pessoas.

Entender essas pessoas como corpos dissidentes, tanto no nível da sexualidade quanto do gênero, eleva o debate acerca das condições de vida da PSR+. Para Duarte e Oliveira (2021, p. 158), se faz imperativo "(...) afirmar outros modos de ser, práticas de vida e subjetividades que se colocam contra as normalizações socialmente impostas pela moral sexual burguesa e seu binarismo do sistema sexo-gênero". Assim, pensar tais indivíduos que se opõem aos padrões burgueses sexistas e binaristas de enquadramento na cis-heteronormatividade e cisgeneridade se configura como um primeiro passo para a compreensão das dinâmicas de sociabilidade dos integrantes deste grupo.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

A PSR+ sofre mais repressões e apresenta maiores vulnerabilidades que a população heterossexual em situação de rua, são mais propensas a casos de LGBTfobia no ambiente familiar e nas ruas e envolvidas em atividades marginalizadas como mendicância, prostituição, tráfico de drogas e pequenos delitos (Campos; Moretti-Pires, 2018). Dessa forma, a categoria de vida precária (Butler, 2019) é uma das capilaridades entre as PSR+, em que “(...) determinadas vidas são consideradas e outras não. Assim, a partir da precariedade generalizada, começa-se a construção do corpo que vive e do corpo que pode morrer, a construção da dicotomia entre o abjeto e o distinto (...)” (Duarte; Oliveira, 2021, p. 157).

Essa dicotomia reflete as marcas coloniais da modernidade, retomando o que alude Lugones (2014), sobre a posição entre o humano e não humano.

[...]Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas — como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações (...)

O Brasil, como um país marcado por uma forte herança, permanece imerso em tais conflitos, reproduzindo valores conservadores que perpetuam a expropriação de grupos subalternos, empurrando-os às zonas de exclusão, discriminação e violência estruturadas pelo racismo e pelo sexismo. Segundo Almeida (2014), as relações sociais no Brasil são estruturadas por ideologias raciais que reproduzem um ‘racismo à brasileira’, em que corpos subalternos são injustiçados, desumanizados, silenciados e, em alguns casos, exterminados, sendo constantemente marcados pelo preconceito e pela discriminação.

Ao considerar que a rualização abrange múltiplos fatores determinantes que incidem diretamente na vida das pessoas, pressupomos que as vidas de sujeitos LGBT em situação de rua são atravessadas por intersecções entre gênero, sexualidade, raça e classe, em que suas principais estratégias de sobrevivência e de resistência social se aglutinam em redes de solidariedade entre a própria PSR+ e com profissionais de serviços públicos e da sociedade civil organizada. Sobre estes, acreditamos que os serviços sociais voltados para a PSR são fundamentais para garantir os mínimos de subsistência para estas pessoas.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Pensar a PSR a partir dos recortes de gênero e de sexualidade exige um ponto de partida que reconheça as opressões intercruzadas submetidas a essas pessoas. Estamos falando de mulheres cis e trans, travestis, gays e bissexuais que são demarcados pela sua raça/cor, pela sua posição numa sociedade de consumo fundada na ideologia neoliberal, que são invisíveis ao conjunto da sociedade, que não existem para as estatísticas oficiais. Mas, que diante das adversidades, vivem.

Considerações finais

Compreendemos a racialização como um processo estrutural e um fenômeno próprio da constituição sócio-histórica, política e econômica do Brasil, que ao incidir na vida de pessoas LGBT, intensifica o processo subversivo e desumanizador instituído pelas violências combinadas de racismo, aporofobia e LGBTfobia nos cotidianos de sobrevivência e resistência desse segmento.

Há características comuns que igualam ou identificam formas de ser e viver de quem está nas ruas. São vários os fatores que levam as pessoas a viverem nestes espaços, mas é fato que são sujeitas a direitos, partícipes da riqueza socialmente produzida. Que o preconceito e o lugar da subalternidade, do trabalho precário, terceirizado, sem garantias de direitos e com baixa remuneração, não sejam a alternativa.

A história da PSR não pode ser reduzida à invisibilidade e ao silenciamento. É possível ouvir, dialogar e acolher todas as gerações que estão na situação de rua, mas, para isso, seria preciso reconhecer as diferenças existentes entre estes grupos para encontrarmos pontos em comum, viabilizando redes de compartilhamento de experiências, aprendizados e ensinamentos. A luta deve se iniciar de baixo para cima, e não o contrário, pois deste modo tem se operacionalizado secularmente pelo burguês colonizador, e temos observado que nada mudou para o subalterno. A inquisição e a escravidão se reatualizaram sob novas formas nesse sistema-mundo moderno-colonial.

Referências

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de Significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia Ciência e Profissão**. vol. 26 (2), p. 222–245, 2006. Disponível em



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/QtcRbxZmsy7mDrqtSjKTYHp/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12 fev 2025.

ALMEIDA, M. S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [S. l.], v. 12, n. 34, 2014. DOI: 10.12957/rep.2014.15086. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/15086>. Acesso em: 26 mar. 2025.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2025.

BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019

CAMPOS, D. A.; CARDOSO, H. M.; MORETTI-PIRES, R. O. Vivências de pessoas LGBT em situação de rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde em Florianópolis, SC. **Saúde em Debate**, v. 43, N. Especial 8 p. 79–90, Dez. 2019. Disponível em <https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/2840/828>. Acesso em 15 set 2023.

CAMPOS, D. A.; MORETTI-PIRES, R. O. Trajetórias sociais de gays e lésbicas moradores de rua de Florianópolis (SC), 2016. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, p. e45995, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/mGdXqjpXxP9t8nk8n7wWvj/abstract/?lang=pt>. Acesso em 18 set 2022.

DUARTE, M. J. O.; OLIVEIRA, D. F. S. LGBTQI+, vidas precárias e necropolítica em tempos da Covid-19: a interseccionalidade e a teoria queer em cena. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro. 2º Semestre de 2021 — n. 48, v. 19, p. 153 – 168. DOI: 10.12957/REP.2021.60303

GROSFÓGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115–147, 2008.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo, Editora Cortez, 2008.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014.

MACHADO, R. W. G. **A formulação da política nacional para população em situação de rua: um estudo a partir do fórum permanente sobre população em situação de rua do estado do Rio de Janeiro**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MEDEIROS, L. P.; AMORIM, A. K. M. A.; NOBRE, M. T. Narrativas LGBT de pessoas em situação de rua: repensando identidades, normas e abjeções. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 15(1). São João del-Rei, janeiro–março de 2020. e1889. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v15n1/07.pdf>. Acesso em 24 set 2022.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

POLOS-UFMG. Levantamento com os números de pessoas em situação de rua registradas no CadÚnico em dezembro de 2024. Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua. Polos de Cidadania. Universidade Federal de Minas Gerais, 2024. Disponível em

https://www.instagram.com/polosdecidadania/p/DEqDywbST7s/?img_index=12. Acesso em 11 jan 2025.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 11, n. 22, p. 191–215, jul./dez. 2011. Disponível em

<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1387>. Acesso 25 mar 2022.

SILVA, T. D.; NATALINO, M.; PINHEIRO, M. B. **População em situação de rua em tempos de pandemia**: um levantamento de medidas municipais emergenciais. Nota técnica nº74, IPEA. 2020. Disponível

em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200610_nt_74_diset.pdf. Acesso em 22 mar. 2022.